

Saussure, Benveniste e a referência¹

Giovane Fernandes Oliveira²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo: Este artigo investiga como Émile Benveniste opera a passagem da referência enquanto *tema de problematização* à referência enquanto *objeto de teorização*. Para tanto, procede a uma breve abordagem da referência como *tema* na filosofia e na linguística. Em seguida, aborda a referência como *tema* em um primeiro momento do pensamento de Benveniste. Na sequência, aborda a referência como *objeto* em um segundo momento desse pensamento. Os resultados encaminham a uma conclusão e a uma hipótese. A conclusão é que, nos dois momentos, Benveniste estabelece com Saussure um diálogo crítico, mas, enquanto no primeiro momento o diálogo não é senão *retrospectivo*, no segundo momento, o diálogo é tanto *retrospectivo* quanto *prospectivo*. A hipótese é que a teorização benvenistiana sobre a referência inaugura uma terceira tradição de estudo desse problema, uma *tradição semiológico-enunciativa*, que se assemelha à *tradição lógico-gramatical* e à *tradição retórico-hermenêutica* em alguns aspectos, mas delas se diferencia em outros.

Palavras-chave: Saussure; Benveniste; Referência; Semiologia; Enunciação.

Title: Saussure, Benveniste and the reference

Abstract: This article investigates the way in which Émile Benveniste operates the passage from reference as a *theme to be problematized* to reference as an *object to be theorized*. To this end, it presents a brief approach to reference as a theme in philosophy and linguistics. It then exposes the reference as a theme in a first moment of Benveniste's thought. In the following section, the text discusses reference as an object in a second moment of this thought. The results lead to a conclusion and a hypothesis. The conclusion is that Benveniste, in both moments, establishes a critical dialogue with Saussure, but, while in the first moment the dialogue is only *retrospective*, in the second moment, the dialogue is both *retrospective* and *prospective*. The hypothesis is that Benveniste's theoretical attitude concerning reference inaugurates a third tradition of study of this problem, a *semiological-enunciative tradition*, which resembles the *logical-grammatical tradition* and the *rhetorical-hermeneutic tradition* in some aspects but differs from them in others.

Keywords: Saussure; Benveniste; Reference; Semiology; Enunciation.

¹ O presente artigo foi originalmente apresentado como conferência no I Ciclo de Conferências em Estudos da Linguagem: da Linguística do Sistema à Linguística do Discurso, ocorrido entre os dias 18 e 20 de janeiro de 2023, na Universidade Federal de Rio Grande (FURG) – Campus São Lourenço do Sul.

² Doutor em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8251-8353>. E-mail: gjo.ufrgs@gmail.com.

Introdução

Em *Le périple structural: figures et paradigmes*, Jean-Claude Milner (2008) mobiliza as noções de *thema* e de *theoria*.

Nesse livro, o linguista francês define *thema* como “um esquema organizador das problemáticas, anterior não somente aos problemas e às soluções, mas à formulação mesma dos problemas e aos cânones de aceitabilidade das soluções” (Milner, 2008, p. 282, tradução própria).

Conforme Milner (2008), desde a antiguidade, o *thema* por excelência é a oposição entre *physis* (natureza) e *thesis* (cultura), duas rubricas por meio das quais os gregos dividiam o conjunto das realidades observáveis.

Ainda hoje, segundo o autor, essa grande polaridade ecoa na *doxa* (nos movimentos de opinião, isto é, no senso comum), mas não só, pois “a própria *theoria* [debruçou-se] sobre a questão e [tentou] repensar, em termos de *theoria* pura, a polaridade que a *doxa* lhe propunha” (Milner, 2008, p. 283, tradução própria).

Embora o estudioso não apresente uma definição de *theoria* explícita como a de *thema*, considerando tanto a sua reflexão quanto a etimologia do termo *theoria* – do grego antigo *theōria*, composto pela palavra “*théa*, que significa visão, vista ou espetáculo, e [pelo] verbo *horáō*, que também significa ver, olhar com cuidado, inspecionar” (Engler, 2013, p. 130) –, penso ser possível compreender a *theoria* como o olhar que transforma o *thema* em objeto, ou, em termos saussurianos, como o ponto de vista criador do objeto.

À luz dessas ideias, compreendo a referência como um esquema organizador de problemáticas em diferentes áreas do conhecimento (um *thema*), no interior das quais cada ponto de vista teórico (cada *theoria*) que se debruça sobre esse tema para repensá-lo o transforma, nesse repensar, em um novo *objeto*.

Neste artigo, tenho por objetivo investigar o modo como Émile Benveniste opera a passagem da referência enquanto tema de problematização (*thema*) à referência enquanto objeto de teorização (*theoria*)³.

Trata-se, mais especificamente, de examinar a abordagem da referência em dois distintos momentos do pensamento benvenistiano. O primeiro momento é representado pelo artigo *Natureza do signo linguístico* (1939), texto presente nos *Problemas de Linguística Geral I*⁴ (Benveniste, 2005 [1966]). O segundo momento é representado pelos textos *Os níveis da análise linguística* (1962/1964), *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1967) e *Semiologia da língua* (1969), sendo o primeiro texto presente nos PLG I e os dois últimos presentes nos PLG II (Benveniste, 2006 [1974]).

Assim, diferentemente do que poderia sugerir o título deste trabalho (*Saussure, Benveniste e a referência*), não se trata de abordar a questão referencial tanto no pensamento

³ As noções de *thema* e de *theoria* não são por Milner (2008) abordadas exatamente nos termos em que aqui eu as abordo. Trata-se de um deslocamento meu relativo à reflexão do autor, um deslocamento que se mostrou produtivo, em termos metodológicos, tanto neste artigo quanto em minha tese de doutoramento (cf. Oliveira, 2022b).

⁴ Daqui por diante, os *Problemas de Linguística Geral I e II* serão referidos como *PLG I e II*.

saussuriano quanto no pensamento benvenistiano. Por que, então, o nome de Saussure figura no título?

Porque o fio condutor da reflexão que vincula os dois momentos antes mencionados é o diálogo a propósito do problema da referência que, nesses momentos, Benveniste estabelece com Saussure. A bem da verdade, trata-se do diálogo estabelecido com a reflexão que, no capítulo *Natureza do signo linguístico*, do *Curso de Linguística Geral*⁵ (Saussure, 2012 [1916]), é ao mestre genebrino atribuída. Ficam, pois, de fora dessa reflexão tanto outros escritos saussurianos (autógrafos ou atribuídos), além de tal capítulo do CLG quanto outros escritos benvenistianos (nos quais não há um diálogo mais explícito com Saussure)⁶.

A fim de cumprir o objetivo definido, organizo este artigo em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, procedo a uma breve abordagem da referência como *thema* no âmbito dos estudos filosóficos e dos estudos linguísticos. Na segunda seção, abordo a referência como *thema* em um primeiro momento do pensamento de Benveniste. Na terceira seção, abordo a referência como *theoria* em um segundo momento desse pensamento.

A referência como *thema* na filosofia e na linguística

Central nos estudos da significação de tendências sejam filosóficas sejam linguísticas, o problema da referência remonta à Antiguidade Clássica, quando a discussão a respeito do vínculo entre as palavras e as coisas nasce na Grécia Antiga. Com efeito, no *Crátilo*, texto precursor da reflexão ocidental acerca da linguagem, Platão discorre sobre a natureza da ligação entre os nomes e os objetos, antecipando o debate em torno do estatuto dessa ligação (convencionalismo vs. naturalismo).

A esse problema ancestral, Ferdinand de Saussure não permaneceu incólume. Em artigo de 1999, intitulado *D'une théorie de la référence à une linguistique du texte : Saussure contre Saussure ?*, Simon Bouquet afirma que a questão da referência abre uma perspectiva para se considerar o pensamento semântico de Saussure. Conforme Bouquet (1999), embora o termo *referência* não conste nos escritos saussurianos, o feixe de problemas evocados por tal termo figura, nesses escritos, de maneira crucial.

O autor comenta, ainda, uma divisão entre os estudiosos de Saussure. Por um lado, há aqueles (como Émile Benveniste) que consideram que o linguista suíço banuiu o problema da referência do escopo da linguística. Por outro lado, há aqueles (como Jean-Claude Milner) que reconhecem, no pensamento saussuriano, uma teoria paradoxal da referência.

De acordo com Bouquet (1999), a relação língua-realidade é um tema filosófico milenar, mas ganhou novos contornos no século XX, ao passar a ser abordada – no âmbito tanto dos estudos filosóficos quanto dos estudos linguísticos – sob o nome de *referência*. Tais estudos gravitam, segundo o estudioso, em torno de dois eixos: de uma parte, a *relação palavras-mundo*; de outra parte, a *relação proposições-mundo* (como preferem os filósofos

⁵ Daqui por diante, o *Curso de Linguística Geral* será referido como CLG.

⁶ Para um exame da referência em um conjunto mais amplo de textos de Benveniste, ver Oliveira (2022a).

lógicos) ou a *relação enunciados-mundo* (como preferem os linguistas).

Em ambos os casos, o “conceito de ‘mundo’” se funda “em um valor transcendental (seja a transcendência do objeto ou a transcendência da verdade) ou em um valor de evidência”, o que, conforme Bouquet (1999), é a mesma coisa: “‘mundo’ é aqui – e de maneira indissociável – aquilo a que responde uma percepção multissensorial e – de maneira tautológica – aquilo a que responde a linguagem”, ao que complementa o autor: “é notável que o ‘primeiro’ Wittgenstein, teórico da tautologia, seja também aquele da construção do mundo pela linguagem” (Bouquet, 1999, p. 38, tradução própria).

Na sequência, Bouquet (1999) observa que,

quando se mergulha a questão da referência (ou a questão do sentido, ou a questão da significação; é aqui a mesma coisa) na história das ideias linguísticas tomada na longa duração, em mais de dois milênios, [...] essa questão da referência pode ser considerada como pertencente a **dois campos de reflexão, um “centrado sobre o signo”, o outro “centrado sobre o texto”** – retomo, aqui, expressões de François Rastier, o qual, além disso, nomeia as duas tradições de estudos que respondem por esses campos: de uma parte, a **tradição lógico-gramatical** e, de outra parte, a **tradição retórico-hermenêutica** (Bouquet, 1999, p. 38, tradução própria, grifo próprio em negrito).

Acrescenta Bouquet (1999) que a aplicação do vocábulo moderno *referência* tanto às *palavras* quanto às *proposições* é comandada por um mesmo princípio, o princípio fregeano da composicionalidade: “Esse princípio permite assimilar o funcionamento semântico da proposição àquele da adição e da notação equacional: assim como $2 + 3 = 5$, em um enunciado com dois termos, o sentido do termo A + o sentido do termo B = o sentido da proposição” (Bouquet, 1999, p. 39, tradução própria).

Um ponto da reflexão de Bouquet (1999) resta, porém, obscuro: não fica claro se a tradição lógico-gramatical e se a tradição retórico-hermenêutica correspondem, respectivamente, à relação palavras-mundo e à relação proposições-mundo ou enunciados-mundo. A julgar pelo que afirma o linguista sobre o “conceito de ‘mundo’” aí se fundar em um *valor transcendental* (do objeto ou da verdade) ou em um *valor de evidência* (da construção linguística do real), parece-me que:

- (a) a relação palavras-mundo funda-se na transcendência do objeto;
- (b) a relação proposições-mundo funda-se na transcendência da verdade;
- (c) a relação enunciados-mundo funda-se na (aparente) evidência do mundo empírico como percebido linguisticamente.

Contudo, se as formulações (a) e (b) enquadram-se na tradição lógico-gramatical (já que o princípio da composicionalidade parece tomar ambas, palavra e proposição, como signos), a formulação (c) não parece nela encontrar abrigo totalmente, tampouco na tradição retórico-hermenêutica.

Mais especificamente sobre Saussure, na contramão daqueles que, a partir do CLG, veem-no como um teórico da *dimensão lógico-gramatical da linguagem* (centrada no signo),

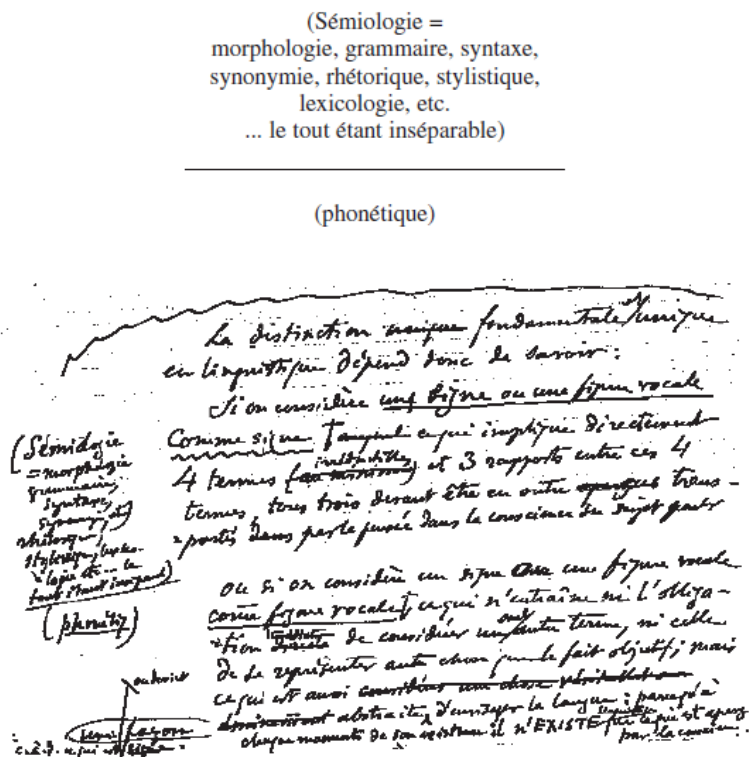
Bouquet (1999) o vê, a partir do que chama de *textos originais* (escritos assinados pelo próprio Saussure e cadernos de alunos que assistiram aos seus cursos de linguística geral), como um teórico da *dimensão retórico-hermenêutica da linguagem* (centrada no texto).

Em favor de sua tese, Bouquet (1999) argumenta que, se a teoria saussuriana do signo linguístico aborda a referência do signo e se a referência das proposições ou dos enunciados não é pelo mestre genebrino desenvolvida, a reflexão deste sobre o valor linguístico constituído no cruzamento de duas ordens (a do valor *in absentia* das associações e a do valor *in praesentia* das sintagmações) “deixa largamente aberta a questão do sentido (ou da significação, ou da referência dos enunciados): a essa abertura, corresponde o domínio da linguística da fala, que ele concebia [...] como formando um todo com a linguística da língua” (Bouquet, 1999, p. 41, tradução própria).

Bouquet (1999) esclarece (em parte) o que entende por *hermenêutica* do seguinte modo: “Se se pode falar de hermenêutica, tendo-se em vista Saussure e uma ciência da linguagem hoje, não se trata [...] de uma hermenêutica metafísica à la Heidegger, mas de uma *hermenêutica material* – fundada sobre uma epistemologia das ciências da linguagem” (Bouquet, 1999, p. 41, tradução própria).

Já o que Bouquet (1999) entende por *retórica* não é esclarecido nesse artigo, ao fim do qual o autor somente expõe a seguinte nota de Saussure, em que o termo *retórica* figura junto de outros termos mais estritamente linguísticos, todos subsumidos pelo termo *semiologia*:

Figura 1 – Transcrição de Bouquet e nota de Saussure sobre a semiologia



Fonte: Bouquet (1999, p. 42).

Eis traduzido o trecho da nota transcrito por Bouquet (1999):

(Semiologia =
morfologia, gramática, sintaxe,
sinonímia, **retórica**, estilística,
lexicologia etc.
... o todo sendo inseparável)

(fonética) (Saussure *apud* Bouquet, 1999, p. 42, tradução própria, grifo próprio em negrito).

A hipótese de Bouquet (1999) da posição saussuriana relativamente às duas tradições de estudo da referência é, sem dúvidas, polêmica, em função da vinculação do linguista suíço à retórica e à hermenêutica. Sem entrar nessa controvérsia e retomando o objetivo deste trabalho, eu gostaria de – nas duas seções seguintes – deslocar o foco para o modo como, em seu diálogo com Saussure na transformação da referência de *thema* em *theoria*, Benveniste pode ser situado em relação às duas tradições em questão.

A referência como *thema* em Benveniste

O artigo *Natureza do signo linguístico* (1939) é um marco na história das ideias linguísticas devido, por um lado, à crítica que nele Benveniste endereça a Saussure e, por outro lado, à repercussão de uma tal crítica nas décadas que se seguiram.

A esse propósito, em sua edição crítica do CLG, Tulio de Mauro pontua que “o artigo de Benveniste abriu, antes de tudo, caminho a uma série de críticas que atacavam Saussure, atribuindo-lhe uma posição convencionalista e sustentando que o signo não é arbitrário” (De Mauro, 2005 [1967], p. 444, tradução própria).

Com efeito, no prefácio ao primeiro volume dos *Problemas de Linguística Geral*, o próprio Benveniste comenta a repercussão desse seu texto: “[...] o estudo ‘Natureza do signo linguístico’ [p. 53] provocou vivas controvérsias e deu origem a uma longa série de artigos” (Benveniste, 2005 [1966], n.p.).

Dessa longa série de artigos, De Mauro (2005 [1967]) dá uma amostra relativa ao período entre as décadas de 1940 e de 1960. Quanto a estudos mais recentes, de 1960 até o início dos anos 2000, encontramos em Flores (2017) um breve levantamento.

De fato, a história das ideias linguísticas dos últimos oitenta anos dá testemunho de que a crítica benvenistiana à concepção saussuriana de signo linguístico é uma via que foi ou adotada ou mencionada por muitos estudiosos ao tratarem seja da relação Saussure-Benveniste seja do problema da referência ou de questões correlatas em suas teorias da linguagem (tais como o signo, o arbitrário, o valor, a significação, o discurso).

Não é, porém, meu propósito neste trabalho avaliar o mérito de tal crítica nem a sua repercussão nos estudos linguísticos. Se, nesta seção, convoco o artigo benvenistiano de 1939, é por tomá-lo como representativo do primeiro dos dois momentos do pensamento de

Benveniste antecipados na introdução do presente estudo.

Em *Natureza do signo linguístico* (1939), Benveniste resgata a definição de *signo linguístico* formulada no capítulo homônimo do CLG, assim como a natureza aí atribuída ao signo e os exemplos que ilustram essa natureza.

Quanto à *definição*, lemos o seguinte: “O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som”, de forma que “O signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces” (CLG, p. 106), sendo o conceito o *significado* e a imagem acústica, o *significante*. Dessa definição de *signo*, exclui-se, portanto, a “coisa” externa ao signo, aquilo que, mais tarde, a filosofia e a linguística chamariam de *referente*, o qual não se confunde com o significado enquanto face interna do signo.

Quanto à *natureza*, lemos o seguinte: “O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então [...] podemos dizer mais simplesmente: o signo linguístico é arbitrário” (CLG, p. 108). Contudo, isso não quer dizer que o falante pode associar livremente qualquer significante a qualquer significado, mas sim que “o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (CLG, p. 109).

Quanto aos *exemplos*, lemos o seguinte: “[...] a ideia de ‘mar’⁷ não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência, não importa qual” (CLG, p. 108), o que é comprovado pelas “diferenças entre as línguas e [pela] própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa *bœuf* (‘boi’) tem por significante *b-ö-f* de um lado da fronteira franco-germânica, e *o-k-s* (*Ochs*) do outro” (CLG, p. 108).

A crítica de Benveniste incide não sobre a definição bipartite de *signo linguístico* (a qual o autor admite), mas sobre a natureza a este conferida e os exemplos que a demonstram:

Está claro que o raciocínio é falseado pelo recurso inconteste e sub-reptício a um terceiro termo, que não estava compreendido na definição inicial. Esse terceiro termo é a própria coisa, a realidade da noção. Quando [Saussure] fala da diferença entre *b-ö-f* e *o-k-s*, refere-se, contra a vontade, ao fato de que esses dois termos se aplicam à mesma *realidade*. **Eis aí, pois, a coisa, a princípio expressamente excluída da definição do signo, e que nela se introduz por um desvio e aí instala para sempre a contradição.** [...] Ora, é somente se se pensa no animal “boi” na sua particularidade concreta e “substancial” que se tem base para julgar “arbitrária” a relação entre *boi* [*bœuf*] de um lado, *oks* do outro, com uma mesma realidade. Há, pois, contradição entre a maneira como Saussure define o signo linguístico e a natureza fundamental que lhe atribui (Benveniste, 2005 [1939], p. 54-55, grifo próprio em negrito).

A contradição que Benveniste aponta entre a definição de *signo linguístico* e a natureza arbitrária que lhe é atribuída reside no exemplo de *b-ö-f* e *o-k-s*, pois tais significantes são situados em relação a “boi” como se este fosse o mesmo significado do significante francês (*b-ö-f*) e do significante alemão (*o-k-s*).

⁷ Na versão original do CLG, em língua francesa, o exemplo dessa citação é *sœur/s-ö-r*, cuja tradução em português seria *irmã/i-r-m-ã*.

Entretanto, o significante e o significado só podem ser situados no interior de um mesmo sistema linguístico, como as duas faces de um signo que só tem valor dentro desse sistema. “Boi” não seria, pois, o significado, mas sim a “coisa”, a “realidade”, a “substância” à qual remete a associação significante-significado, isto é, o signo em sua totalidade.

Benveniste opera, então, uma distinção da ordem do *interno/externo*. São elementos internos ao signo o significante e o significado: “O significante é a tradução fônica de um conceito; o significado é a contrapartida mental do significante”, de modo que “Essa consubstancialidade do significante e do significado garante a unidade estrutural do signo lingüístico” (Benveniste, 2005 [1935], p. 56). É elemento externo ao signo a realidade à qual este remete: “Saussure pensa sempre, embora fale de ‘idéia’, na representação do *objeto real* e no caráter evidentemente não necessário, imotivado, do elo que une o signo à *coisa* significada”, sendo, portanto, “a realidade *objetiva* que esse raciocínio toma como eixo de referência” (Benveniste, 2005 [1935], p. 58).

Tal distinção da ordem do *interno/externo* conduz a um deslocamento e a uma outra distinção. O deslocamento consiste na (re)delimitação da zona do arbitrário: “O que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro” (Benveniste, 2005 [1935], p. 56), ao que se acrescenta mais adiante: “O arbitrário só existe em relação com o fenômeno ou o objeto *material* e não intervém na constituição própria do signo” (Benveniste, 2005 [1935], p. 57). Já a segunda distinção é da ordem do *necessário/contingente* e decorre, justamente, do deslocamento do arbitrário de dentro do signo para fora deste.

Por um lado, a relação significante-significado (interna ao signo) é da ordem da necessidade: “Entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário, é *necessário*” (Benveniste, 2005 [1935], p. 55). Essa *necessidade* é própria tanto ao falante quanto ao sistema da língua.

Ao falante, porque “O conceito (‘significado’) ‘boi’ é forçosamente idêntico na minha consciência ao conjunto fônico (‘significante’) *boi*”, o que não poderia ser diferente, visto que “Juntos os dois foram impressos no meu espírito; juntos evocam-se mutuamente em qualquer circunstância” (Benveniste, 2005 [1935], p. 55).

Ao sistema da língua, porque “Quem diz sistema diz a organização e adequação das partes numa estrutura que transcende e explica os seus elementos. Tudo aí é tão necessário que as modificações do conjunto e do pormenor se condicionam reciprocamente”, o que se deve a que “todos os valores são de oposição e não se definem a não ser pela sua diferença. Opostos, conservam-se em mútua relação de necessidade” (Benveniste, 2005 [1935], p. 59).

Por outro lado, a relação signo-objeto (externa ao signo) é da ordem da contingência: “Nesse sentido, e somente nesse sentido, é permitido falar de contingência, e ainda assim é menos para dar solução ao problema que para assinalá-lo e afastá-lo provisoriamente” (Benveniste, 2005 [1935], p. 56).

Tal afastamento provisório não é senão a exclusão da referência, operada pelo CLG em sua crítica radical à visão filosófica da língua como nomenclatura – “vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas”, lista que “Supõe ideias completamente

feitas, preexistentes às palavras” (CLG, p. 105).

Essa exclusão da referência do escopo da linguística é provisoriamente aceita por Benveniste, o qual aí vê, “transposto em termos lingüísticos, o problema metafísico da relação entre o espírito e o mundo, problema que o lingüista estará, talvez um dia, em condições de abordar com sucesso, mas que no momento fará melhor se o deixar de lado” (Benveniste, 2005 [1935], p. 57).

Logo, nesse primeiro momento do pensamento benvenistiano, a referência é abordada como tema de problematização (*thema*), mas não como objeto de teorização (*theoria*). Todavia – e para usarmos termos freudianos –, embora por ora recalcado, não deixa de ser manifesto o desejo de, em um tempo vindouro, teorizá-la.

A referência como *theoria* em Benveniste

Suspensa como objeto teórico em 1939, a referência é por Benveniste teorizada nas décadas seguintes, sobretudo na década de 1960. Nesses derradeiros anos de sua carreira, a teorização da relação língua-realidade tem lugar, principalmente, em três artigos⁸: *Os níveis da análise linguística* (1962/1964), *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1967) e *Semiologia da língua* (1969)⁹.

A referência em Os níveis da análise linguística (1962/1964)

Nesse estudo, Benveniste apresenta e desenvolve uma concepção de língua como sistema de níveis e de unidades articulados na forma e no sentido. Conforme o autor, “A forma de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior”, enquanto “O sentido de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior” (Benveniste, 2005 [1962/1964], p. 135-136).

Além desse aspecto integrativo, que faz do sentido “a condição fundamental que deve preencher toda unidade de todo nível para obter estatuto lingüístico” (Benveniste, 1966 [1962/1964], p. 122, tradução própria), visto uma unidade só se definir como tal ao desempenhar *função integrante* em uma unidade de nível superior – como o fonema ao integrar a palavra e a palavra ao integrar a frase –, a noção de *sentido* tem, nesse artigo, outro aspecto caracterizado por Benveniste.

De acordo com o linguista, um “problema totalmente diferente” da identificação do sentido de uma unidade pela sua capacidade de integração “consistiria em perguntar: *qual é esse sentido?*” (Benveniste, 2005 [1962/1964], p. 136). Trata-se de duas acepções distintas de

⁸ Cumpro advertir que, em função de questões de tradução (ligadas a desacordos ora textuais, ora teóricos), utilizarei, eventualmente, as edições originais dos PLG I e II, apresentando traduções alternativas às edições brasileiras. Devido aos limites deste artigo, comentarei apenas as questões de tradução com implicações teóricas significativas. Para mais informações sobre as demais questões, indico, novamente, a leitura de Oliveira (2022a).

⁹ Vale observar que os colchetes dentro dos parênteses indicam os anos das publicações originais dos textos referenciados, enquanto os anos fora dos colchetes indicam os anos das edições desses textos consultadas.

sentido. No primeiro caso, o sentido é “implícito, inerente ao sistema lingüístico e às suas partes” (Benveniste, 2005 [1962/1964], p. 137), sendo uma propriedade que possibilita o reconhecimento da unidade, por parte dos locutores nativos de uma língua, como pertencente ao inventário dessa língua. No segundo caso, a natureza e o funcionamento do sentido se complexificam, pois entra em cena o problema da referência:

[...] a linguagem contém **referência** ao mundo dos objetos, ao mesmo tempo globalmente, nos seus enunciados completos, sob a forma de frases – que se relacionam com **situações concretas e específicas** – e sob a forma de unidades inferiores – que se relacionam com **“objetos” gerais ou particulares**, tomados na experiência ou forjados pela convenção linguística. Cada enunciado – e cada termo do enunciado – tem, assim, um **referente**, cujo conhecimento é implicado pelo uso nativo da língua. Ora, dizer *qual é o referente*, descrevê-lo, caracterizá-lo especificamente é uma tarefa distinta, frequentemente difícil, que nada tem de comum com o manejo correto da língua. Não podemos estender-nos aqui sobre todas as consequências que essa distinção traz. Basta havê-la apresentado para delimitar a noção do **“sentido”**, na medida em que ele difere da **“designação”**. Um e outra são necessários. Nós os encontramos – distintos, mas associados – no nível da *frase* (Benveniste, 1966 [1962/1964], p. 128, tradução própria, grifo próprio em negrito).

Dessa rica citação, destaco três pontos.

Primeiro ponto: o termo *referente* parece envolver duas acepções, a de *referentes* enquanto situações concretas e específicas relacionadas a frases (enunciados completos) e a de *referentes* enquanto “objetos” gerais ou particulares relacionados a palavras (termos do enunciado). As aspas em “objetos”, na citação anterior, não são gratuitas: não se trata de objetos enquanto entidades reais (*realia*), mas enquanto entidades linguístico-discursivas tomadas na experiência (no exercício do discurso) ou forjadas pela convenção linguística (na relação da língua com a realidade).

Segundo ponto: há uma diferença fundamental entre ter um *referente* e dizer *qual é o referente*. Se, como defende Benveniste na citação recuada anterior, tanto o enunciado (frase) em sua globalidade quanto cada um dos termos do enunciado (palavras) em sua localidade têm um *referente* “cujo conhecimento é implicado pelo uso nativo da língua”, então parece haver uma espécie de oscilação terminológica aqui: as expressões *ter um referente* e *dizer qual é o referente* estariam em relação parafrástica com as expressões *ter um sentido* e *dizer qual é o sentido*? Se sim, então *referente* e *sentido* seriam termos equivalentes, do que resultariam duas conclusões:

- (a) o referente, nas expressões *ter um referente/ter um sentido*, estaria sendo pensado no interior do sistema linguístico, pois o conhecimento dele estaria subjacente ao “manejo da língua” pelos falantes;
- (b) o referente, nas expressões *qual é o referente/qual é o sentido*, estaria sendo pensado no âmbito não mais do sistema, mas do discurso, deslocamento que conduz à distinção tratada no ponto a seguir.

Terceiro ponto: os termos *sentido* e *designação*, ao fim da citação, parecem estar associados, respectivamente, às expressões *ter um sentido/ter um referente* (primeira acepção de *sentido* no texto) e *qual é o sentido/qual é o referente* (segunda acepção de *sentido* no artigo). Ou seja: o *sentido* (nessa ocorrência ao fim da citação) é a propriedade da unidade de desempenhar função integrante em uma unidade de nível superior, o que possibilita a sua identificação pelos locutores nativos da língua. Já a *designação* é, por um lado, a relação referencial que o enunciado estabelece globalmente com uma situação concreta e específica e, por outro lado, a relação referencial que os termos do enunciado estabelecem localmente com objetos gerais ou particulares.

Nas páginas finais desse texto de 1962/1964, Benveniste situa, como ponto de chegada de sua teorização sobre as relações entre os níveis e as unidades da língua, “dois universos diferentes, embora abarquem a mesma realidade, e possibilitem duas lingüísticas diferentes” (Benveniste, 2005 [1962/1964], p. 139): “Há, de um lado, a língua, conjunto de signos formais, destacados por procedimentos rigorosos, escalonados em classes, combinados em estruturas e em sistemas; de outro, a manifestação da língua na comunicação viva” (Benveniste, 1966 [1962/1964], p. 130, tradução própria).

Enquanto os níveis inferiores ao da frase (o dos merismas, o dos fonemas, o dos morfemas e o dos lexemas) implicam a língua como “conjunto de signos formais”, a frase envolve a “manifestação da língua na comunicação viva”, pertencendo ao domínio do discurso. Assim, a frase é uma unidade em tudo diferente das unidades dos níveis inferiores, sobretudo porque “a frase contém signos, mas não é ela mesma um signo” (Benveniste, 1966 [1962/1964], p. 129, tradução própria).

Segundo Benveniste, “A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação” (Benveniste, 2005 [1962/1964], p. 139). Nessa acepção, a frase pode ser vista tanto como o próprio discurso quanto como um segmento deste.

Vista como o próprio discurso, a frase tem dimensões variadas e limites não definidos, sendo indiferente o número de signos que nela entram, podendo ser desde *um único signo até uma totalidade de ordem mais elevada*.

Vista como um segmento do discurso, a frase pode ser entendida como uma unidade, mas não como uma unidade lingüística, que poderia ser distintiva em relação a outras unidades de mesmo nível (a exemplo do fonema, do morfema e do lexema), e sim como uma unidade discursiva, “que traz, ao mesmo tempo, sentido e referência: sentido porque é informada de significação e referência porque se refere a uma dada situação” (Benveniste, 1966 [1962/1964], p. 130, tradução própria). Conforme Benveniste, sem essa “certa **referência** de situação”, “a comunicação como tal não se opera, sendo inteligível o ‘sentido’ mas permanecendo desconhecida a ‘**referência**’” (Benveniste, 1966 [1962/1964], p. 140, tradução própria, grifo próprio em negrito).

Nessas duas últimas citações, os termos *sentido* e *significação* parecem remeter à primeira acepção de *sentido* no artigo (“tem sentido?”), a de sentido como propriedade integrativa das unidades significantes da língua, propriedade inerente ao sistema e às suas partes, o que torna tais unidades inteligíveis àqueles que delas fazem uso como nativos.

Já o termo *referência* parece remeter à segunda acepção de *sentido* no texto (“qual é o sentido?”), a de sentido como *referente* ou *designação* enquanto situações ou objetos relacionados ao enunciado ou aos termos do enunciado.

Se, no primeiro caso, temos o signo enquanto unidade do sistema – o universo da língua –, no segundo caso, temos o “signo sob a espécie da ‘palavra’” – o universo da língua manifestada na comunicação viva.

Em síntese, do texto *Os níveis da análise linguística* (1962/1964), podem ser derivadas as seguintes acepções de *referência*:

- (1) A referência envolve a relação da frase em sua globalidade com uma dada situação concreta e específica (referente do enunciado como um todo).
- (2) A referência envolve a relação da palavra em sua localidade no seio da frase com um objeto geral ou particular, não existente aprioristicamente, mas constituído discursiva e linguisticamente (referente de cada um dos termos do enunciado).
- (3) A referência envolve a pergunta *tem referente/tem sentido?*, na qual o referente está sendo pensado no interior do sistema linguístico, pois o conhecimento dele subjaz ao manejo da língua pelos falantes nativos.
- (4) A referência envolve a pergunta *qual é o referente/qual é o sentido?*, na qual o referente está sendo pensado no âmbito não mais do sistema, mas do discurso, pois se trata não mais do signo, mas do signo sob a espécie da palavra.
- (5) A referência envolve a designação enquanto relação global do enunciado e local dos termos do enunciado com situações e com objetos do universo da língua manifestada na comunicação viva.

Quanto à presença de Saussure nesse artigo de 1962/1964, vemos que Benveniste nele dialoga com o mestre genebrino explícita e implicitamente.

Explicitamente, o diálogo se dá com a menção, em nota de rodapé, ao nome de Saussure quando Benveniste comenta a inseparabilidade forma-sentido no funcionamento da língua: “Ferdinand de Saussure parece haver concebido também o ‘sentido’ como um componente interno da forma lingüística” (Benveniste, 2005 [1962/1964], p. 136, n. 87).

Implicitamente, o diálogo se dá de duas formas.

Em primeiro lugar, no início do texto, com a circunscrição do domínio da reflexão a ser elaborada: “O domínio no qual a estudaremos [a noção de *nível*] é o da língua como sistema orgânico de signos lingüísticos” (Benveniste, 2005 [1962/1964], p. 127). Essa primeira forma de diálogo implícito com Saussure mostra que o ponto de partida de Benveniste é, em *Os níveis da análise linguística* (1962/1964), a concepção saussuriana de língua.

Em segundo lugar, no final do texto, com a distinção entre duas concepções de língua: “Concluimos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso” (Benveniste, 2005 [1962/1964], p. 139). Essa segunda forma de diálogo implícito com o mestre genebrino atesta que, se a concepção sistêmica de língua por ele introduzida

no horizonte da ciência é, nesse texto de 1962/1964, um ponto de partida para Benveniste, o ponto de chegada deste é uma concepção discursiva de língua – que Saussure não chegou a desenvolver, embora seus manuscritos anunciem um tal desenvolvimento.

A referência é teorizada à luz de cada concepção. À luz da concepção sistêmica, a teorização referencial é sintetizada pela aceção (3) da lista anterior. À luz da concepção discursiva, essa teorização é sintetizada pelas aceções (1), (2), (4) e (5) da mesma lista.

A referência em A forma e o sentido na linguagem (1966/1967)

Nesse trabalho, Benveniste parte novamente da noção saussuriana de *língua como sistema de signos*, mas diz ser preciso “ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 224). Esse ponto de partida requer considerar a noção de *signo* como *unidade semiótica*, bilateral por natureza, porque constituída por um *significante* e por um *significado*.

De acordo com Benveniste, “O significante não é apenas uma sequência dada de sons”, mas “a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 225).

Se o significante é a *forma* do signo, o significado é o seu *sentido*: “No plano do significado, o critério é: isto significa ou não? Significar é ter um sentido, nada mais” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 227), sendo essa propriedade de significar definida em termos de *uso* e de *compreensão* da língua por “aqueles para os quais esta língua é a língua” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 227).

Aqui, além da relação forma-sentido e da noção de *significação* como propriedade do signo de significar (ser usado e compreendido) no interior de um sistema linguístico, Benveniste retoma a relação língua-falante, já tematizada dois anos antes, em *Os níveis da análise linguística* (1962/1964). O linguista, porém, avança na discussão, momento em que surge, nesse texto de 1966/1967, o problema da *referência*.

Dão testemunho desse avanço as *três consequências* que Benveniste tira da problematização a propósito da forma e do sentido no domínio semiótico:

- (a) esse domínio “não se ocupa da relação do signo com as coisas denotadas, nem das relações entre a língua e o mundo” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 228);
- (b) o valor genérico e conceitual do signo, como unidade semiótica, faz com que ele não admita “significado particular ou ocasional, excluindo-se tudo o que é individual, as situações de circunstâncias são como não acontecidas” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 228);
- (c) a binariedade, como característica por excelência da língua e dos outros sistemas significantes, faz com que as suas unidades, os signos, disponham-se “sempre e somente em relação dita paradigmática” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 228).

A partir dessas consequências, podemos concluir que a referência, quer como relação

dos signos com as coisas denotadas quer como relação entre a língua e o mundo, é excluída do domínio semiótico, o da língua, como sistema de signos enquanto unidades que são significantes, sim, mas uma significação jamais circunstancial, porque jamais definida em termos de particularidade e de sintagmatização, como uma significação particular.

É dessa significação particular que se ocupa Benveniste na metade final do artigo, em que passa a tratar não mais do signo, mas da frase. Reiterando que “o signo e a frase são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 229), o linguista instaura “na língua uma divisão fundamental, em tudo diferente daquela que Saussure tentou instaurar entre língua e fala” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 229). Que divisão é essa?

Trata-se da divisão da língua em “duas maneiras de ser língua no sentido e na forma. Acabamos de definir uma delas: a língua como *semiótica*; é necessário justificar a segunda, que chamamos de língua como *semântica*” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 229). Benveniste sofisticava, então, a distinção entre os universos do signo e da frase/do discurso, distinção introduzida em textos anteriores, como o de 1962/1964 (*cf.* subseção anterior): o universo sígnico passa a ser chamado de *semiótico* e o universo discursivo, de *semântico*, universos definidos pelas “duas modalidades fundamentais da função lingüística, aquela de **significar** para a semiótica, aquela de **comunicar** para a semântica” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 229, grifo próprio).

Significação e comunicação: eis os termos-chave de cada uma dessas duas maneiras de ser língua. Ao passo que a referência é, nesse texto de 1966/1967, excluída do domínio do significar (semiótico), ela é *conditio sine qua non* do domínio do comunicar (semântico): “A noção de semântico nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua **função de mediadora** entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas” (Benveniste, 1974 [1966/1967], p. 224, tradução própria, grifo próprio).

Tal mediação das relações homem-homem, homem-mundo, espírito-coisas (pensamento-realidade), de que se encarrega o sistema linguístico semantizado no discurso, só é possível porque “Não se trata mais, desta vez, do significado do signo, mas do que se pode chamar o intentado, do que o locutor quer dizer, da atualização linguística de seu pensamento” (Benveniste, 1974 [1966/1967], p. 225, tradução própria).

Entre o *significado do signo* e o *intentado da frase*, há “uma mudança radical de perspectiva” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 229), a qual supõe a reabilitação da referência nos estudos linguísticos:

O semiótico se caracteriza como uma propriedade da língua, o semântico resulta de uma atividade do locutor, que coloca em ação a língua. O signo semiótico existe em si, funda a **realidade da língua**, mas não comporta aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é *senão* particular. Com o signo, atinge-se a **realidade intrínseca da língua**; com a frase, liga-se às **coisas fora da língua**; e, enquanto o signo tem por parte constituinte o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica a **referência** à situação de discurso e a atitude do locutor (Benveniste, 1974 [1966/1967], p. 22, tradução própria, grifo próprio em negrito).

Essa citação, traduzida diretamente da versão original dos PLG II, apresenta duas questões relevantes: uma primeira do ponto de vista tanto tradutório quanto teórico e uma segunda do ponto de vista teórico.

Em relação à primeira questão, onde, na tradução brasileira, lê-se: “[...] enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase **implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor**” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 230, grifo próprio em negrito); na versão original, lê-se: “[...] tandis que le signe a pour partie constituante le signifié qui lui est inhérent, le sens de la phrase **implique référence à la situation de discours, et l’attitude du locuteur**” (Benveniste, 1974 [1966/1967], p. 225, grifo próprio em negrito).

Mas qual é a diferença entre a citação original e a citação traduzida? Na versão original, o verbo *impliquer* (*implicar*) tem dois complementos: “référence à la situation de discours” e “l’attitude du locuteur” – portanto, nessa citação original, a referência é à situação de discurso apenas. Em contrapartida, na tradução brasileira, o verbo *implica* tem apenas um complemento: “referência à situação de discurso e à atitude do locutor” – assim, nessa citação traduzida, a referência é tanto à situação discursiva quanto à atitude locutória.

A tradução brasileira, ao modificar a citação original, produz um sentido outro, o qual pode, inclusive, conduzir a leituras destoantes da real formulação benvenistiana. Afinal, afirmar que o sentido da frase implica referência dupla – uma referência, a um só tempo, “situacional” e “atitudinal” – é colocar “situação” e “atitude” no mesmo patamar. Isso pode levar a interpretações psicologizantes dessa “atitude do locutor” como “intencionado” (da ordem da intenção, do pensamento anterior à sua atualização linguística) e não como “intentado” (da ordem do discurso, do pensamento já atualizado linguisticamente).

Por isso, proponho uma tradução que julgo mais equivalente à original: “[...] enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica a referência à situação de discurso e a atitude do locutor” (Benveniste, 1974 [1966/1967], p. 225, tradução própria). Deve-se, pois, entender que o sentido da frase, de um lado, implica a referência à situação discursiva e, de outro lado, implica a atitude locutória. Somente nessa acepção “situação” e “atitude” estão no mesmo patamar – na acepção de estarem ambas implicadas no sentido da frase e não na acepção de a frase implicar referência tanto a uma quanto à outra.

Porém, o fato de a referência ser à situação de discurso não significa que tal situação está dissociada da atitude do locutor. Ora, ao incluir o locutor, a situação discursiva inclui a sua atitude, bem como tal atitude contribui para se discernir, “nas acepções contingentes do discurso” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 233), os contornos dessa situação. Há, pois, uma relação dialética entre a situação de produção do discurso e o discurso produzido.

Que acepções contingentes são essas? São os limites da frase (do discurso), nos quais se encontram implicadas “situação” e “atitude”, pois a frase “participa sempre do ‘aqui e agora’; algumas unidades de discurso são aí unidas para traduzir uma certa idéia interessante, um certo presente de um certo locutor” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 230).

Nessa citação, o segmento “aqui e agora” remete à situação discursiva e o segmento

“uma certa ideia, um certo presente de um certo locutor” remete à atitude locutória. Por sua vez, o termo “traduzir” não pode ser compreendido como “expressar” – no sentido de expressar um pensamento prévio – e sim como “atualizar” – no sentido de atualizar linguisticamente o pensamento, atualização linguística que não é uma expressão, mas uma produção mesma desse pensamento, contemporânea de sua discursivização. Daí “uma certa ideia” ser glosada, por Benveniste, como “um certo presente de um certo locutor”: esse “presente” é o presente do discurso, o tempo linguístico, a temporalidade da enunciação.

Logo, o locutor benvenistiano consiste não em um indivíduo biopsicossocial sede de *intenções* exteriores e anteriores à produção discursiva, mas sim em um homem que fala e que, ao falar, constitui-se linguisticamente como sujeito, resultando dessa constituição linguística o seu *intentado* como efeito interno ao discurso.

Em relação à segunda questão, a citação recuada anterior, ao acentuar a distinção *semiótico/semântico*, dá a ver outra distinção, ligada ao problema da referência. Por um lado, há o semiótico, a propriedade de significar, o significado geral do signo, a “realidade intrínseca da língua”: eis o domínio em que a referência é interdita. Por outro lado, há o semântico, a atividade de comunicar, o sentido particular da frase, a situação de discurso, o intentado/a atitude do locutor, as “coisas fora da língua”: eis o domínio em que a referência é reabilitada.

A outra distinção mencionada é entre a “realidade intrínseca da língua” e as “coisas fora da língua”. O termo “língua” remete, nessas expressões, ao semiótico. A expressão “realidade intrínseca da língua” envia à ideia de que “Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 227-228). Já a expressão “coisas fora da língua” envia à ideia de “domínio da língua em emprego e em ação; [...] transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 229).

Assim, a expressão “fora da língua” deve ser lida como “fora do sistema linguístico”, jamais como “fora do discurso”, pois, para Benveniste, o mundo (ou, caso se queira, a sociedade, a cultura) não se torna apreensível senão discursivamente.

Há, desse modo, de uma parte, a língua como sistema organizado de signos, o semiótico (realidade intrínseca da língua), domínio em que a referência está ausente e, de outra parte, a língua como discurso organizador da vida humana, o semântico (realidade do discurso), domínio em que a referência está presente.

Se a *forma* e o *sentido* no semiótico são, respectivamente, o significante e o significado, quais seriam a *forma* e o *sentido* no semântico? Afinal, se o semiótico e o semântico consistem em “duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 229), então cada uma dessas maneiras tem forma e sentido.

Benveniste responde a essa questão a partir dos seguintes postulados:

- (a) o sentido no semântico se realiza formalmente em uma relação sintagmática (operação de conexão), diferentemente do sentido no semiótico, definido em uma relação paradigmática (operação de substituição);
- (b) sendo o sintagma a forma do semântico, a unidade que convém a essa estrutura formal é a palavra “como unidade mínima da mensagem e como unidade necessária da codificação do pensamento” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 230);
- (c) a palavra só encontra expressão na frase, integrando-a como signo atualizado no uso.

A discussão sobre a relação forma-sentido no semântico se complexifica com a distinção por Benveniste operada entre o *sentido da frase* e o *sentido das palavras*: “O sentido de uma frase é sua idéia, o sentido de uma palavra é seu emprego” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 231).

Se a frase e a palavra partilham a mesma forma, isto é, o sintagma como “agenciamento de palavras, [...] sua organização sintática, [...] ação que elas exercem umas sobre as outras” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 230), elas não têm o mesmo sentido. O sentido da *frase* (do *enunciado/discurso*) é a ideia por ela expressa, enquanto o sentido da *palavra* é o seu emprego específico no agenciamento sintagmático.

Tal emprego se aproxima da noção de *sentido* enquanto capacidade integrativa presente em *Os níveis da análise linguística* (1962/1964), como indica o seguinte excerto de *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1967): “O sentido de uma palavra consistirá na sua capacidade de ser integrante de um sintagma particular e de preencher uma função proposicional” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 232).

Ademais, a palavra e a frase distinguem-se, também, devido ao caráter referencial de cada uma. Enquanto a palavra supõe o “‘**referente**’, independente do sentido, e que é o objeto particular ao qual a palavra corresponde no concreto da circunstância ou do uso” (Benveniste, 1974 [1966/1967], p. 226, tradução própria, grifo próprio em negrito), “a ‘**referência**’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais nem prever nem adivinhar” (Benveniste, 1974 [1966/1967], p. 226-227, tradução própria, grifo próprio em negrito). Ou seja, enquanto a palavra liga-se a um objeto discursivo (referente), a frase vincula-se a uma situação de discurso (referência).

Nessas passagens de *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1967), as ideias de *referência da frase* e de *referente da palavra* parecem retomar, respectivamente, as ideias – derivadas de *Os níveis da análise linguística* (1962/1964) – de *referente* do enunciado como um todo (uma dada situação concreta e específica relacionada à frase em sua globalidade) e de *referente* de cada um dos termos do enunciado (um objeto geral ou particular relacionado à palavra em sua localidade no seio da frase).

Todavia, parece haver uma diferença sutil entre as ideias de *referente da palavra* e de *referente de cada um dos termos do enunciado*. Enquanto, em 1962/1964, Benveniste defende que os referentes dos termos do enunciado remetem a “‘objetos’ gerais ou particulares” (Benveniste, 2005 [1962/1964], p. 137), em 1966/1967, o linguista sustenta que o referente da palavra remete ao “objeto particular ao qual a palavra corresponde no concreto

da circunstância ou do uso” (Benveniste, 1974 [1966/1967], p. 226, tradução própria). Dito de outro modo: se o *referente* de cada um dos termos do enunciado envia a um objeto geral ou particular (ideia de 1962/1964), o referente da palavra envia a um objeto sempre particular (ideia de 1966/1967).

Outro ponto de contato entre os estudos de 1962/1964 e de 1966/1967 é a reiteração, neste, da relação naquele primeiramente firmada entre a distinção *sentido/referência* e a comunicação. A esse respeito, Benveniste torna a dizer que a compreensão do sentido individual das palavras (seus empregos locais na cadeia frasal) não garante a compreensão do sentido que decorre da junção das palavras (a ideia global da frase), compreensão que pode restar comprometida “fora da circunstância”: “[...] esta é uma experiência corrente, que mostra ser a noção de **referência** essencial”, sendo “desta confusão extremamente freqüente entre sentido e **referência**, ou entre **referente** e signo, que nascem tantas discussões vãs sobre o que se chama o princípio da arbitrariedade do signo” (Benveniste, 1974 [1966/1967], p. 231, tradução própria, grifos próprios em negrito).

Nesses excertos, se tivermos em mente o percurso intrateórico até aqui empreendido, não podemos tomar como equivalentes as três ocorrências dos termos neles identificadas: *referência*, em “a noção de referência é essencial”; *referência*, em “sentido e referência”; *referente*, em “referente e signo”.

A primeira ocorrência parece atrelar-se a uma relação mais geral entre algo “intralinguístico” (frase ou palavra) e algo “extralinguístico” (situação ou objeto), ao passo que a segunda e a terceira ocorrências parecem associar-se a relações mais específicas (da frase com a situação e da palavra com o objeto).

A segunda ocorrência contempla, com o par *sentido/referência*, tanto o sentido da palavra (seu emprego local) e o sentido da frase (sua ideia global) quanto a referência da frase (a situação discursiva que a suscita).

A terceira ocorrência parece atribuir, com o par *signo/referente*, ao termo *signo* a acepção de *palavra* (signo atualizado no uso), relacionando-o ao referente enquanto objeto ao qual corresponde a palavra.

Se procede tal interpretação, não é ilícito entrever, aí, duas acepções de *referência*. De uma parte, a referência como a relação que a palavra estabelece com o referente enquanto objeto particular ao qual ela corresponde na circunstância em que é empregada. De outra parte, a referência como a relação que a frase estabelece com o estado de coisas que a provoca enquanto situação de discurso não previsível nem adivinhável.

Em síntese, do texto *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1967), podem ser derivadas as seguintes acepções de *referência*:

- (1) A referência, quer como relação dos signos com as coisas denotadas quer como relação entre a língua e o mundo, é excluída do domínio semiótico, o da língua como sistema, cujas unidades (signos) contêm sempre um significado genérico e conceitual, jamais um sentido particular e circunstancial, como as unidades (palavras) do domínio semântico, o da língua como discurso.

- (2) A referência, excluída do domínio do significar (semiótico), é *conditio sine qua non* do domínio do comunicar (semântico), no qual ela envolve a relação dialética do sentido da frase com a situação em que esta é produzida, situação que inclui a atitude do locutor enquanto pensamento linguisticamente atualizado, ao mesmo tempo que tal atitude contribui para se discernir – nas contingências do discurso – os contornos dessa situação.
- (3) A referência, pensada no âmbito da frase e do seu sentido (ideia global do agenciamento sintagmático), envolve a relação que a frase estabelece com o estado de coisas que a provoca enquanto situação de discurso não previsível nem adivinhável.
- (4) A referência, pensada no âmbito da palavra e do seu sentido (emprego local no agenciamento sintagmático), envolve a relação que a palavra estabelece com o referente enquanto objeto particular ao qual ela corresponde na circunstância em que é empregada.

Quanto à presença de Saussure nesse estudo de 1966/1967, vemos que Benveniste nele dialoga com o genebrino mais explicitamente do que no trabalho de 1962/1964. Enquanto, em *Os níveis da análise linguística*, Saussure é citado uma única vez e em nota de rodapé, em *A forma e o sentido na linguagem*, ele é citado cinco vezes no corpo do texto.

Essas cinco ocorrências figuram na introdução do artigo, após Benveniste contextualizar o assunto do qual tratará – a relação forma-sentido – e após passar pela linguística e pela lógica, mostrando, na primeira, a exclusão do sentido (Bloomfield), assim como, na segunda, a substituição da análise da significação pela testagem de predicados aceitos ou não pelo locutor (Carnap) e a identificação da significação à sinonímia (Quine).

Sublinhando, como *duplo aspecto* inerente à linguagem humana, o som e o sentido, Benveniste encontra novamente, no pensamento saussuriano, uma ancoragem para o seu próprio pensamento: “Diremos, com Saussure, a título de primeira aproximação, que a língua é um sistema de signos” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 224).

Entretanto, já no parágrafo seguinte, o sírio-francês salienta a necessidade de avançar relativamente ao suíço: “Quando Saussure introduziu a idéia de signo lingüístico, ele pensava ter dito tudo sobre a natureza da língua; não parece ter visto que ela podia ser outra coisa ao mesmo tempo, exceto no quadro da oposição bem conhecida que ele estabelece entre língua e fala”, ao que acrescenta: “Compete-nos tentar ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 224).

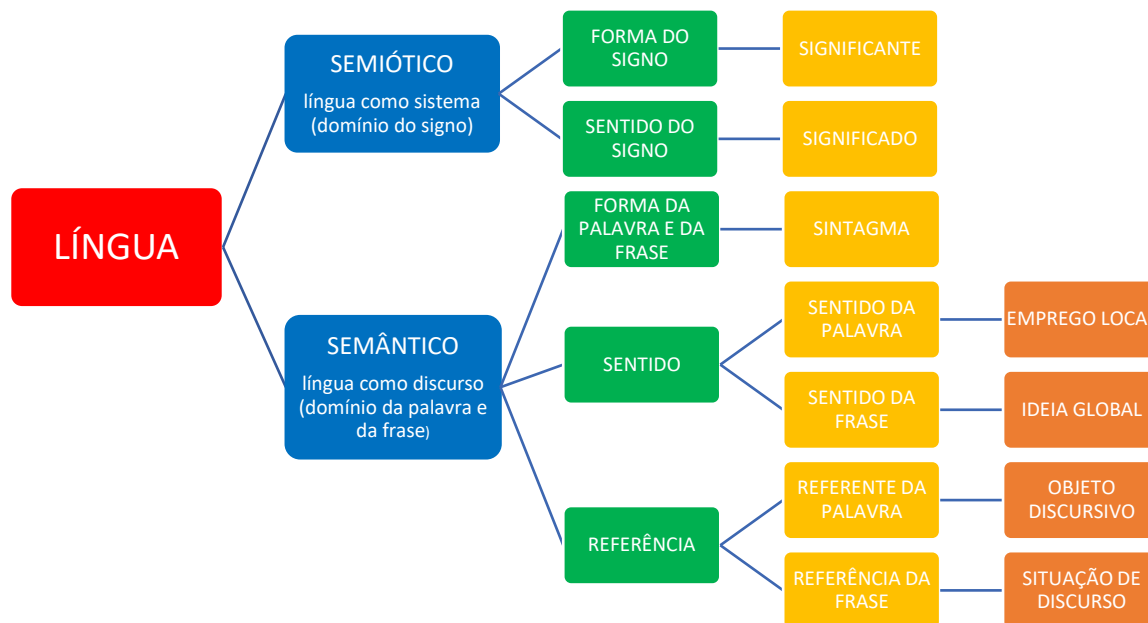
A concepção saussuriana de língua como sistema de signos se torna, então, a pedra angular da construção teórica que vemos Benveniste edificar em *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1967). Tal construção associa a concepção saussuriana ao domínio semiótico de significância linguística e propõe uma nova concepção, a de língua como discurso, associada ao domínio semântico de significância linguística.

Se, no texto anterior, a teorização referencial abordava um referente sistêmico enquanto saber subjacente ao manejo da língua pelos seus falantes nativos, nesse artigo, a

teorização referencial exclui o referente e a referência do domínio semiótico (*cf.* acepção 1 da lista anterior), incluindo-os no domínio semântico (*cf.* acepções 2, 3 e 4 da mesma lista).

Tal inclusão é, como vimos, realizada por meio da edificação de uma complexa arquitetura conceitual com vistas à explicação da significação. Essa arquitetura tem como alicerces o signo, o significante e o significado saussurianos, mas a eles adiciona a palavra (com sua forma, seu sentido e seu referente) e a frase (com sua forma, seu sentido e sua referência). O Diagrama 1, a seguir, sintetiza as linhas gerais de uma tal conceitualização:

Diagrama 1 – Arquitetura teórica benvenistiana acerca da significância linguística



Fonte: Elaborado pelo autor.

A referência em Semiologia da língua (1969)

Nesse artigo, Benveniste distancia-se da semiótica de Peirce e aproxima-se da semiologia de Saussure. Seu ponto de partida é a contestação da tese peirciana de que todos os signos funcionam identicamente e pertencem a um sistema único, em defesa da necessidade de se estudar o signo em um sistema de signos específico. Isso exige não só “um esforço prévio de classificação” (Benveniste, 2006 [1969], p. 50) dos sistemas, mas também a abordagem das *relações* entre eles e do “problema central da semiologia, o estatuto da língua em meio aos sistemas de signos” (Benveniste, 2006 [1969], p. 51).

Sua aproximação da proposta saussuriana se deve ao fato de que “Em Saussure a reflexão procede da língua e toma a língua como objeto exclusivo” (Benveniste, 2006 [1969], p. 45), diferentemente de Peirce, o qual não se ocupa especificamente do signo linguístico. Em contrapartida, Saussure vê a linguística como um modelo para a semiologia, pois “o signo é antes de tudo uma noção lingüística, que mais largamente se estende a certas ordens de fatos humanos e sociais” (Benveniste, 2006 [1969], p. 49), os quais, para o mestre genebrino, constituem *sistemas de signos homólogos ao da língua*, embora esta continue sendo o

principal desses sistemas. Tal importância por Saussure conferida à língua face aos demais sistemas semiológicos leva Benveniste a se perguntar: ela é o sistema “mais importante sob qual aspecto?” (Benveniste, 2006 [1969], p. 49).

Em busca de uma resposta a essa pergunta, Benveniste formula – após um complexo raciocínio que passa por sistemas não linguísticos como a música e as artes plásticas – a seguinte tese: “[...] a língua é o interpretante de todos os sistemas semióticos”, pois “Nenhum outro sistema dispõe de uma ‘língua’ na qual possa se categorizar e se interpretar segundo suas distinções semióticas, enquanto que a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma” (Benveniste, 2006 [1969], p. 62).

Dois são os principais argumentos em defesa da ideia de *interpretância da língua*: (a) o fato de ela ser o único sistema que é “semiótico¹⁰” (Benveniste, 2006 [1969], p. 63) tanto em sua *estrutura* quanto em seu *funcionamento*; e (b) o fato de ela ser o único sistema investido de uma *dupla significância*. Segundo Benveniste, a língua é simultaneamente semiótica (significante) na sua estrutura e no seu funcionamento, na medida em que:

- 1º ela se manifesta pela enunciação, que contém **referência** a uma situação dada; falar é sempre falar de;
- 2º ela consiste formalmente em unidades distintas, das quais cada uma é um signo;
- 3º ela é produzida e recebida nos mesmos **valores de referência** por todos os membros de uma comunidade;
- 4º ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva (Benveniste, 1974 [1969], p. 62, tradução própria, grifos próprios em negrito).

Dessas características, a segunda e a terceira ligam-se à “estrutura formal” (Benveniste, 2006 [1969], p. 63) da língua, a qual é constituída por signos partilhados pelos membros da comunidade linguística. Já a primeira e a quarta vinculam-se ao “funcionamento discursivo” (Benveniste, 2006 [1969], p. 66) da língua, o qual supõe os dois fatores que condicionam toda enunciação: a referência a uma determinada situação de discurso e a intersubjetividade fundante da comunicação humana.

Na citação recuada anterior, há duas ocorrências do termo *referência* grifadas em negrito. A primeira ocorrência apresenta uma acepção de *referência* que envolve a relação do falar com uma dada situação. A segunda ocorrência, por sua vez, apresenta uma acepção de *referência* que envolve o conjunto de valores a partir dos quais os membros de uma comunidade produzem e recebem o sistema linguístico próprio dessa comunidade.

As duas acepções não têm, pois, a mesma natureza: ao passo que a primeira acentua uma referência com traço discursivo (atrelado ao funcionamento da língua), a segunda ressalta uma referência com traço sistêmico (associado à estrutura linguística). Ambos os traços são significantes, sim, mas cada qual com uma significância característica – no primeiro caso, uma significância enunciativa, já atualizada na comunicação intersubjetiva; no segundo caso, uma significância estrutural, que “funda a possibilidade de toda troca e de toda comunicação e, por aí, de toda cultura” (Benveniste, 1974 [1969], p. 60, tradução própria).

¹⁰ O adjetivo *semiótico* parece ter, aqui, a acepção mais ampla de *significante* e não a acepção mais estrita que tem em *modo semiótico*.

Por isso, as quatro características anteriores podem ser resumidas em dois modos de significância, combinados somente pela língua: o *semiótico* e o *semântico*. Enquanto o semiótico é o “modo de significância que é próprio do SIGNO linguístico e que o constitui como unidade” (Benveniste, 1974 [1969], p. 64, tradução própria), o semântico é o “modo específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO”, cujas unidades são “as PALAVRAS” enquanto “‘signos’ particulares” (Benveniste, 2006 [1969], p. 65). Três são os aspectos que, nesse estudo de 1969, distinguem os dois modos de significância:

- (a) as unidades semióticas (os signos) são sempre identificadas separadamente, enquanto as unidades semânticas (as palavras) realizam globalmente o sentido enquanto *intentado* da mensagem (do discurso), sendo partes analisáveis somente em relação ao todo discursivo que integram;
- (b) “o semântico toma necessariamente a seu encargo o **conjunto dos referentes**, enquanto que o semiótico é, por princípio, separado e independente de toda **referência**” (Benveniste, 2006 [1969], p. 65-66, grifos próprios em negrito);
- (c) “O semiótico (o signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO” (Benveniste, 2006 [1969], p. 66), sendo o reconhecimento a capacidade de perceber a identidade geral dos signos e a compreensão, a capacidade de perceber a significação específica das palavras (os signos particularizados no uso).

As duas ocorrências grifadas em negrito no aspecto (b) não deixam de se relacionar aos aspectos (a) e (c): a identificação separada dos signos consiste no seu reconhecimento como unidades privadas de referência (discursiva), enquanto a realização global do sentido a partir das palavras que integram o todo discursivo requer a compreensão deste como remetido ao conjunto dos referentes, isto é, “ao mundo da enunciação e ao universo do discurso” (Benveniste, 2006 [1969], p. 66).

Para Benveniste, “nenhuma semiologia do som, da cor, da imagem será formulada em sons, em cores, em imagens”, visto que “Toda semiologia de um sistema não linguístico deve pedir emprestado o intermédio da língua, não pode existir senão pela e na semiologia da língua” (Benveniste, 1974 [1969], p. 60, tradução própria).

De acordo com o linguista, o fato de a língua ser o sistema interpretante de todos os demais sistemas se deve justamente à sua dupla significância. Isso porque a língua é o único sistema cuja significância se articula em duas dimensões, a significância dos signos e a significância da enunciação, enquanto os outros sistemas têm uma significância unidimensional, ou só semiótica (como os gestos de cortesia) ou só semântica (como as expressões artísticas).

Assim, por ter tanto uma estrutura formal partilhada socialmente quanto um funcionamento discursivo atualizado intersubjetiva e referencialmente – estrutura e funcionamento que lhe asseguram uma dupla significância (a do sistema e a do discurso) –, a língua é “a organização semiótica por excelência” (Benveniste, 2006 [1969], p. 63), o único sistema significante capaz de interpretar (significar) todos os outros sistemas:

[...] somente ela pode conferir – e confere efetivamente – a outros conjuntos a qualidade de sistemas significantes informando-os da relação de signo. Há então uma **MODELAGEM SEMIÓTICA** que a língua exerce e da qual não se concebe que o princípio se ache em outro lugar senão na língua. A natureza da língua, sua função representativa, seu poder dinâmico, seu papel na vida de relação fazem dela a **grande matriz semiótica**, a **estrutura modelante** da qual as outras estruturas reproduzem os traços e o modo de ação (Benveniste, 2006 [1969], p. 64, grifos próprios em negrito)¹¹.

Tal citação permite uma compreensão mais acurada da primeira acepção de *referência* derivada de *Semiologia da língua* (1969): a de referência como relação do falar com uma dada situação. Se aceita como inicialmente formulada, essa acepção pouco acrescentaria ao debate acerca do problema referencial em Benveniste, cujos textos anteriores já expõem um significativo número de acepções de *referência* centradas na situação discursiva.

O diferencial desse artigo de 1969 é atribuir, à referência como relação do falar com uma dada situação, uma das razões que justificam o fato de a língua ser o interpretante de todos os sistemas e de si própria. É o *falar de* que possibilita a modelagem semiológica por meio da qual a língua interpreta a si mesma e aos demais sistemas, informando-os de significância, fazendo-os aparecer por meio de sua matriz semiológica. Tais sistemas pela língua interpretados “não se sustentam senão por intermédio de um **discurso**: o ‘mito’, que acompanha o ‘rito’; o ‘protocolo’ que regula as formas de polidez” (Benveniste, 2006 [1969], p. 51, grifo próprio em negrito).

Esse discurso é produzido enunciativamente e é produtor de referência, de maneira que a primeira acepção de *referência*, nesse texto, pode ser assim precisada: a referência envolve a relação do falar com uma dada situação em que a língua, sistema interpretante, produz discurso que modela semiologicamente ela mesma e os outros sistemas, por ela interpretados, conferindo-lhes a qualidade de sistemas significantes.

Em síntese, do texto *Semiologia da língua* (1969), podem ser derivadas as seguintes acepções de *referência*:

- (1) A referência envolve o conjunto de valores a partir dos quais os membros de uma comunidade produzem e recebem o sistema linguístico próprio dessa comunidade, sendo esse traço sistêmico da referência o que faz da língua uma estrutura socializada, a qual funda a possibilidade de toda troca, de toda comunicação e, por aí, de toda cultura.
- (2) A referência envolve a relação do falar com uma dada situação em que a língua, sistema interpretante, produz discurso que modela semiologicamente ela mesma e os outros sistemas, por ela interpretados, conferindo-lhes a qualidade de sistemas significantes, sendo esse traço discursivo da referência, junto de seu traço sistêmico, uma das características que fazem da língua a matriz semiológica por excelência.

¹¹ Nessa citação, nas expressões *modelagem semiótica* e *matriz semiótica*, o adjetivo *semiótica* parece ter a acepção mais ampla de *semiológica* e não a acepção mais estrita que tem em *modo semiótico*.

- (3) A referência envolve um aspecto distintivo do modo semântico em relação ao modo semiótico, cujas unidades – os signos – são privadas de referência (discursiva) e devem ser reconhecidas separadamente, enquanto as unidades semânticas – as palavras – precisam ser compreendidas como partes do todo discursivo, remetido ao conjunto dos referentes enquanto mundo da enunciação e universo do discurso.

Quanto à presença de Saussure nesse artigo de 1969, vemos que nele Benveniste realiza um movimento argumentativo semelhante ao realizado no escrito de 1966/1967. Se, em *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste afasta-se de outros estudiosos (Bloomfield, da linguística; Carnap e Quine, da lógica) e aproxima-se de Saussure para, logo em seguida, propor avançar em relação a este, em *Semiologia da língua*, Benveniste igualmente se distancia de outro pensador (Peirce) e retorna a Saussure para, também na sequência, buscar ultrapassá-lo.

A abertura ao semântico, domínio do discurso, é a primeira das duas vias por Benveniste apresentadas para ir além de Saussure na análise da significância linguística:

Em conclusão, é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeriam simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua. Esta ultrapassagem far-se-á por duas vias:

- na **análise intralinguística**, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do **discurso**, que denominamos **semântica**, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo e que será semiótica;
- na **análise translinguística dos textos, das obras**, pela elaboração de uma **metassemântica**, que se construirá sobre a **semântica da enunciação**.

Será uma **semiologia de “segunda geração”**, cujos instrumentos e cujo método poderão também concorrer para o desenvolvimento das outras ramificações da semiologia geral (Benveniste, 1974 [1969], p. 66, tradução própria, grifos próprios em negrito).

Traduzo essa citação diretamente da versão original dos PLG II, pois nela há uma questão tradutória que tem implicações teóricas. Onde, na tradução brasileira, lê-se: “**Esta será** uma semiologia de ‘segunda geração’” (Benveniste, 2006 [1969], p. 67, grifo próprio em negrito); na versão original, lê-se: “**Ce sera** une sémiologie de ‘deuxième génération’” (Benveniste, 1974 [1969], p. 66, grifo próprio em negrito).

Neste artigo, como em Oliveira (2022a), opto por uma tradução alternativa: “**Será** uma semiologia de ‘segunda geração’”. Essa tradução alternativa talvez desfaça a ambiguidade que o pronome “esta” guarda na tradução oficial, em que tal pronome pode ser lido como remetendo tanto ao sintagma “Esta ultrapassagem” (que figura no início da citação recuada anterior e que diz respeito às duas vias de ultrapassagem, a intralinguística e a translinguística) quanto ao sintagma “na análise translinguística” (que figura imediatamente antes do pronome na citação recuada anterior e que diz respeito somente à segunda via de ultrapassagem).

Em minha leitura, tal pronome remete a “Esta ultrapassagem”, pois entendo que a semiologia de segunda geração envolve não apenas a segunda via, mas as duas vias de ultrapassagem da noção saussuriana de *signo* como princípio único. Em outras palavras, a dimensão semiótica (característica de uma semiologia de primeira geração, cujo princípio

seria o *signo*) seria ultrapassada tanto pela dimensão semântica quanto pela dimensão metassemântica (as quais formariam, juntas, a semiologia de segunda geração, cujo princípio seria não mais o signo, mas o *discurso*)¹².

Eis as duas possibilidades de ultrapassar Saussure – no sentido de *ir mais longe*, não *sem* ele, mas *além* e *a partir* dele –, tendo-se em vista que a teoria saussuriana se restringe à dimensão semiótica, ou seja, à língua como sistema de signos, representando uma semiologia de primeira geração, pautada no signo enquanto único princípio.

Como primeira via de ultrapassagem, há a análise intralinguística, centrada na dimensão semântica, isto é, na língua atualizada em discurso na enunciação, o que foi um dos focos de interesse de Benveniste ao longo de sua vida.

Como segunda via de ultrapassagem, há a análise translinguística, atribuída a uma dimensão metassemântica associada a textos e a obras, elementos de um programa de pesquisa futuro que, infelizmente, o linguista não teve tempo de desenvolver.

Juntas, a análise intralinguística (a da *semântica da enunciação*) e a análise translinguística (a da *metassemântica*) constituiriam uma semiologia de segunda geração, pautada não no signo – como a semiologia de primeira geração, a saber, a semiologia saussuriana –, mas no discurso. A tomada deste como fundamento da semiologia da língua, essa semiologia de segunda geração, deve-se justamente à dupla significância da língua, caracterizada por sua estrutura semiótica (da qual a teoria saussuriana dá conta) e por seu funcionamento semântico (do qual a teoria saussuriana *não* dá conta).

Mais especificamente sobre o diálogo que, em *Semiologia da língua* (1969), Benveniste trava com Saussure no que concerne ao problema referencial, vemos que, assim como em *Os níveis da análise linguística* (1962/1964) e diferentemente de em *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1967), das três acepções de *referência* derivadas desse artigo de 1969, embora duas sejam atinentes ao modo semântico (*cf.* acepções 2 e 3 da lista anterior), uma se vincula ao modo semiótico (*cf.* acepção 1 da mesma lista).

Se nos ativéssemos somente aos postulados mais explícitos nos textos benvenistianos ou neles buscássemos acepções fechadas de *referência*, poderíamos estranhar a vinculação de algum tipo de referência ao semiótico. Afinal, em *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste declara que o semiótico “não se ocupa da relação do signo com as coisas denotadas, nem das relações entre a língua e o mundo” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 228), e, em *Semiologia da língua*, ele sustenta que “o semiótico é, por princípio, separado e independente de toda referência” (Benveniste, 2006 [1969], p. 65-66).

Todavia, vimos que, no artigo de 1969, o linguista também defende que uma das características que fazem da língua o sistema semiológico por excelência é o fato de ela ser “produzida e recebida nos mesmos **valores de referência** por todos os membros de uma comunidade” (Benveniste, 2006 [1969], p. 63, grifo próprio em negrito).

Essa acepção mais sistêmica de *referência* converge com a primeira acepção de

¹² Acerca da questão da metassemântica, Rosário (2018) apresenta uma leitura distinta daquela que aqui apresento e em favor da qual argumento mais detidamente em Oliveira (2022a) e em Oliveira (2022b). Uma comparação dessas leituras excede os objetivos deste artigo, de forma que a destino a um estudo à parte.

referente presente em *Os níveis da análise linguística* (1962/1964): “Cada enunciado – e cada termo do enunciado – tem, assim, um **referente**, cujo conhecimento é implicado pelo uso nativo da língua” (Benveniste, 1966 [1962/1964], p. 128, tradução própria, grifo próprio em negrito).

Ora, o que seria tal referente implicado no uso nativo da língua senão um dos valores de referência a partir dos quais os membros da comunidade linguística podem comunicar-se entre si? Logo, se considerarmos essas duas outras acepções de *referência*, mais associadas à ideia de valor linguístico como uma espécie de “referência sistêmica”, socializada na coletividade, podemos admitir um espaço para a referência no semiótico. Tal espaço é o próprio espaço do sentido no semiótico: o referente/valor referencial do signo (vale salientar: do signo e não da palavra) não é outra coisa senão o seu significado.

É um diálogo tenso esse que, em *Semiologia da língua* (1969), Benveniste estabelece com Saussure. Isso porque a referência pelo suíço excluída da linguística a ela retorna na releitura que o sírio-francês faz da semiologia de primeira geração como associada à dimensão semiótica (cujos valores de referência socialmente partilhados governam a produção e a recepção da língua pelos membros da comunidade linguística), bem como na proposição de uma semiologia de segunda geração como associada à dimensão semântica (cujas referências singularmente produzidas em situações discursivas presidem a modelagem semiológica que a língua opera em relação tanto a si própria quanto aos demais sistemas de signos).

Considerações finais

Se, em um primeiro momento do pensamento benvenistiano, representado pelo artigo *Natureza do signo linguístico* (1939), a referência é abordada como tema de problematização (*thema*), em um segundo momento desse pensamento, representado pelos textos *Os níveis da análise linguística* (1962/1964), *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1967) e *Semiologia da língua* (1969), ela é abordada como objeto de teorização (*theoria*). O exame aqui realizado de tais escritos encaminha a uma conclusão e a uma hipótese, a qual será apenas esboçada nestas considerações finais.

A conclusão é a de que, nos dois momentos, Benveniste estabelece com Saussure um diálogo crítico, mas, enquanto no primeiro momento o diálogo não é senão *retrospectivo*, no segundo momento, o diálogo é tanto *retrospectivo* quanto *prospectivo*.

A esse propósito, vale retomarmos a metáfora utilizada por Flores (2017) para caracterizar os efeitos da teorização saussuriana sobre a teorização benvenistianiana: “Benveniste, ao longo de sua teorização, mantém com relação a Saussure uma posição similar a do deus romano *Jano bifronte*, personagem formado por duas faces, uma que olha para frente e outra que olha para trás” (Flores, 2017, p. 1007).

Olhando para trás, temos a face retrospectiva, a qual reconhece que “Saussure é em primeiro lugar e sempre o homem dos fundamentos” (Benveniste, 2005 [1963], p. 35). Dominante no primeiro momento do pensamento benvenistiano aqui examinado, essa face assinala o retorno de Benveniste a Saussure como o retorno a um pensamento fundante que,

a despeito (e por causa) disso, incita ao debate e – por que não? – convoca à polêmica: “Talvez o melhor testemunho da fecundidade de uma doutrina consista em engendrar a contradição que a promove” (Benveniste, 2005 [1939], p. 59). Ilustra um tal retorno a crítica benvenistiana à concepção saussuriana do signo linguístico, mais especificamente à natureza arbitrária a ele atribuída e à sua demonstração no CLG, a qual contradiria a definição bipartite do signo ao reintroduzir neste o referente (elemento externo ao signo), confundindo-o com o significado (elemento interno ao signo).

Olhando para trás e para frente, temos, juntas, a face retrospectiva e a face prospectiva, as quais reconhecem os limites em que (apesar de fecunda) a doutrina saussuriana não deixa de esbarrar. Presentes conjuntamente no segundo momento do pensamento benvenistiano aqui examinado, as duas faces atestam que Saussure encontra-se no cais da embarcação teórica de Benveniste, mas não no horizonte desta: “Quando Saussure definiu a língua como sistema de signos, estabeleceu o fundamento da semiologia lingüística”; porém, “se o signo corresponde às unidades significantes da língua, não se pode erigi-lo em princípio único da língua em seu funcionamento discursivo” (Benveniste, 2006 [1969], p. 66). Disso, dão mostras as reiteradas menções à teoria saussuriana como necessária, mas não suficiente na investigação da significância linguística, em geral, e da referência, em particular.

Em ambos os momentos do pensamento de Benveniste aqui revisitados, é de um diálogo crítico com Saussure que se trata, diálogo que dá a ver “a inflexão produzida pelo duplo desejo de continuá-lo e de ir mais longe, precisamente por meio de um tratamento mais sistemático dessa dimensão da língua [a da significação]” (Normand, 1992, p. 51, tradução própria).

Já a hipótese, apresento-a, aqui, ao mesmo tempo como ponto de chegada desta investigação e como ponto de partida para uma investigação futura: a teorização benvenistiana sobre a referência inaugura uma terceira tradição de estudo desse problema, uma *tradição semiológico-enunciativa*, a qual se assemelha à *tradição lógico-gramatical* e à *tradição retórico-hermenêutica* em alguns aspectos, mas delas se diferencia em outros¹³.

A esse respeito, cabe recordarmos tais tradições como as interpretei a partir de Bouquet (1999). A primeira tradição, centrada no signo, abarca a *relação palavras-mundo* (fundada na transcendência do objeto) e a *relação proposições-mundo* (fundada na transcendência da verdade), ambas as relações governadas pelo princípio fregeano da composicionalidade (conforme o qual o sentido da proposição equivale à soma do sentido das palavras que a compõem). A segunda tradição, centrada no texto, não é caracterizada por Bouquet (1999). O autor menciona, ainda, a *relação enunciados-mundo* (fundada na “evidência” da construção linguística do real), relação que, todavia, parece não encontrar abrigo totalmente em nenhuma das duas tradições.

A partir da reflexão de Bouquet (1999) e do exame, realizado neste artigo, de dois

¹³ A formulação dessa hipótese se deve à interlocução com a Profa. Dra. Daiane Neumann e com o Prof. Me. Santiago Bretanha Freitas, após a exposição da versão inicial deste artigo no I Ciclo de Conferências em Estudos da Linguagem: da Linguística do Sistema à Linguística do Discurso. Registro, pois, o meu agradecimento aos colegas.

momentos do pensamento benvenistiano, penso ser possível sustentar que Benveniste tanto se aproxima quanto – e sobretudo – se distancia das duas tradições.

Da tradição lógico-gramatical, ele se aproxima e se distancia ao *tematizar* a natureza do signo linguístico em 1939 e ao *teorizá-la* em 1962/1964, em 1966/1967 e em 1969. Em ambas as atitudes heurísticas, há uma abordagem do signo à luz do problema da referência. Na tematização, tal abordagem o leva a defender como *necessária* a relação significante-significado (interna ao signo, porque estrutural) e como *arbitrária* a relação signo-objeto (externa ao signo, porque referencial), sendo a segunda relação então suspensa enquanto objeto de um estudo linguístico. Na teorização, essa suspensão cai por terra, com a menção (em 1962/1964) de um referente interno ao sistema linguístico e subjacente ao uso deste pelos falantes nativos; com a distinção (em 1966/1967) entre o signo e a palavra na frase como as respectivas unidades do domínio semiótico e do domínio semântico da língua, unidades constituídas de forma, de sentido e – no caso da palavra e da frase – de referente e de referência; e com a distinção (em 1969) tanto entre o reconhecimento do signo e a compreensão do discurso quanto entre o signo como princípio da semiologia de primeira geração e o discurso como princípio da semiologia de segunda geração.

Como se vê, a aproximação não é senão aparente, uma vez que predomina o distanciamento de Benveniste relativamente à tradição lógico-gramatical, cujo princípio da composicionalidade é refutado pelo linguista. Para ele, além das diferenças de estatuto entre *signo*, *palavra* e *frase*, “não é uma adição de signos que produz o sentido [do semântico], é, ao contrário, o sentido (o ‘intentado’), concebido globalmente, que se realiza e se divide em ‘signos’ particulares, os quais são as PALAVRAS” (Benveniste, 1974 [1969], p. 62).

Quanto à tradição retórico-hermenêutica, como Bouquet (1999) não a caracteriza, recorro a dois artigos por ele citados em nota de rodapé ao mencionar tal tradição: trata-se dos estudos de Rastier (1996, 1998). Em Rastier (1996), lemos que, enquanto a tradição lógico-gramatical focaliza os signos e a sintaxe, centrando-se na *cognição*, a tradição retórico-hermenêutica focaliza os textos e os discursos em sua produção e em sua interpretação, centrando-se na *comunicação*. Em Rastier (1998), lemos que a tradição retórico-hermenêutica opõe, ao princípio da composicionalidade, o princípio da determinação do *local* (os signos) pelo *global* (o texto).

Aqui, as coisas se complicam, visto que a reflexão de Benveniste sobre a referência, ao teorizá-la em seus aspectos enunciativos e em seus aspectos semiológicos, parece convergir mais com a tradição retórico-hermenêutica do que com a tradição lógico-gramatical. No entanto, se há convergência de interesses (o que não significa equivalência teórica e, mesmo, epistemológica) – caso da relação entre a produção e a interpretação (que Benveniste chamará de *compreensão*) e da relação entre o global e o local –, há, também, senão divergências, especificidades do pensamento benvenistiano que parecem não encontrar eco na tradição retórico-hermenêutica – caso da questão da interpretância da língua, que não se confunde com a questão da interpretação do sentido (*cf.* Rosário, 2018, p. 133).

Tudo indica que demonstrar a pertinência da hipótese de que Benveniste inaugura uma tradição semiológico-enunciativa de estudo da referência requer discernir mais

acuradamente os pontos de proximidade e de distanciamento do linguista relativamente às tradições lógico-gramatical e retórico-hermenêutica, o que demanda um estudo mais aprofundado dessas duas tradições, assim como a mobilização de outras questões benvenistianas, a exemplo das questões da semântica da enunciação, da metassemântica e da *sui-* ou autorreferência.

Com esse novo caminho se anunciando para o porvir, encerro o caminho até aqui trilhado com a constatação de que o pensamento saussuriano produziu *efeitos e desdobramentos* no pensamento benvenistiano sobre a relação entre a língua e o mundo, em um diálogo que, não isento de tensões, parece ter sido atravessado, ao longo da vida de Benveniste, por um desejo que Milner (2008) sintetiza com requinte: “Ser para Saussure o que Marx foi para Hegel, aquele que contradiz e que, contradizendo, faz avançar” (Milner, 2008, p. 128, tradução própria).

Referências

- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale 1*. Paris: Gallimard, 1966.
- BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale 2*. Paris: Gallimard, 1974.
- BOUQUET, S. D'une théorie de la référence à une linguistique du texte : Saussure contre Saussure ? *Cahiers Ferdinand de Saussure*, v. 52, p. 37-42, 1999.
- DE MAURO, T. *Cours de linguistique générale: édition critique préparée par Tullio de Mauro*. Paris: Payot, 2005 [1967].
- ENGLER, M. R. A experiência pré-platônica da teoria. *Peri*, v. 5, n. 2, p. 123-145, 2013.
- FLORES, V. do N. O que há para ultrapassar na noção saussuriana de signo? De Saussure a Benveniste. *Gragoatá*, v. 22, n. 44, p. 1005-1026, 2017.
- FREGE, F. L. G. Sobre o sentido e a referência. *Fundamento – Revista de Pesquisa em Filosofia*, v. 1, n. 3, p. 21-44, 2011.
- MILNER, J.-C. *Le périple structural*. Lagrasse: Verdier/Poche, 2008.
- NORMAND, C. Benveniste: linguistique saussurienne e signification. *Linx*, n. 26, p. 49-75, 1992.
- OLIVEIRA, G. F. *O problema da referência em Émile Benveniste*. Curitiba: Appris, 2022a.
- OLIVEIRA, G. F. *Do homo loquens ao homo loquens scriptor: por uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita*. 2022. 428 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022b.
- PLATÃO. Crátilo. In: SOUZA, L. F. de. *Platão: Crátilo – Estudo e tradução – Exemplar revisado*. 2010. 200 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RASTIER, F. Le problème épistémologique du contexte et le statut de l'interprétation dans des sciences du langage. *Langages*, n. 129, p. 97-111, 1998.

RASTIER, F. Problématique du signe et du texte. *Intellectica. Revue de l'Association pour la Recherche Cognitive*, n. 23, p. 11-52, 1996.

ROSÁRIO, H. M. *Um périplo benvenistiano: o semiólogo e a semiologia da língua*. 2018. 173 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

Recebido em: 10/04/2023.

Aceito em: 08/07/2023.